

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.398.969 - PB (2018/0300533-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADOR : DELOSMAR DOMINGOS DE MENDONÇA JUNIOR -
PB004539
AGRAVADO : TAMARA LEITÃO SOARES DA COSTA
ADVOGADOS : THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO - PB019496
DIBS COUTINHO RODRIGUES - PB016195

DECISÃO

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. PRECEDENTES. INÉPCIA DA INICIAL. MATÉRIA SUSCITADA SOMENTE NO RECURSO ESPECIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. JORNADA DE TRABALHO. MAJORAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE 6 PARA 7 HORAS SEM A DEVIDA COMPENSAÇÃO REMUNERATÓRIA. ACÓRDÃO RECORRIDO COM FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SÚMULA 126/STJ. INCIDÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. ART. 85, § 11 DO CÓDIGO FUX. CONHECE-SE DO AGRAVO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DO ESTADO DA PARAÍBA.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto pelo ESTADO DA PARAÍBA, com fundamento no art. 105, III, alínea *a* da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, assim ementado:

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MAJORAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER JUDICIÁRIO DE 6 PARA 7 HORAS. RESOLUÇÃO 33/2009. AUSÊNCIA DE ACRÉSCIMO REMUNERATÓRIO CORRESPONDENTE. INFRAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL, E DO TJPB. HORA EXTRAORDINÁRIA DEVIDA, RESPEITADA A PRESCRIÇÃO QUINQUÊNAL. REFORMA DA SENTENÇA. PROVIMENTO DO RECURSO.

A violação da garantia da irredutibilidade de vencimentos pressupõe a

redução direta dos estipêndios funcionais pela diminuição pura e simples do valor nominal do total da remuneração ou pelo decréscimo do valor do salário-hora, seja pela redução da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária, seja pelo aumento da jornada de trabalho sem a correspondente retribuição remuneratória.¹ Tendo o Poder Judiciário da Paraíba fixado carga horária anterior em seis horas diárias para seus servidores, o aumento da jornada para sete horas, desacompanhada do respectivo incremento da remuneração, implica infração ao princípio da irredutibilidade de vencimentos (fls. 189).

2. Em suas razões recursais sustenta a parte agravante violação dos arts. 319, 320 do Código Fux, aos seguintes fundamentos: (a) a parte agravada não instruiu a inicial com os documentos necessários; e (b) a Administração pode fixar os horários limites previstos no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba.

3. O Apelo Raro foi inadmitido pela Presidência do Tribunal de origem (fls. 124/124), sobrevivendo interposição de Agravo (fls. 128/134).

4. É o relatório.

5. Inicialmente, cumpre consignar que a jurisprudência desta Corte afirma que, embora inexista direito adquirido a determinado regime jurídico e o Servidor Público não esteja imune a alterações no regime remuneratório, deve, sempre, ser respeitada a irredutibilidade de vencimentos. Ou seja, o princípio da irredutibilidade dos vencimentos consagra a irredutibilidade do valor global dos vencimentos/proventos, devendo ser preservado o total dos estipêndios. Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA EDUCACIONAL - GDAE. EQUIPARAÇÃO DOS INATIVOS COM O PESSOAL DA ATIVA. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. PRECEDENTES DO STJ, EM HIPÓTESES IDÊNTICAS. INEXISTÊNCIA DE

DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

(...).

V. *Quanto ao cerne da controvérsia, observa-se que, além de o Tribunal de origem ter decidido a lide à luz de fundamento eminentemente constitucional, matéria insuscetível de ser examinada, em sede de Recurso Especial (STJ, REsp 1.609.709/GO, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe de 18.3.2019; REsp 1.788.437/GO, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe de 22.2.2019; REsp 1.773.303/GO, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe de 5.2.2019; REsp 1.787.233/GO, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 19.12.2018; AgInt no REsp 1.396.754/GO, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 11.10.2017; AgRg no AREsp. 72.313/GO, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 31.8.2016), adotou o acórdão recorrido entendimento em harmonia com a jurisprudência firmada nesta Corte, segundo a qual o servidor público não tem direito adquirido a regime jurídico, mas apenas à irredutibilidade dos vencimentos. Alterações na composição dos vencimentos dos servidores públicos, retirando ou modificando a fórmula de cálculo de vantagens, gratificações, adicionais, somente é possível se não houver redução do montante até então percebido, sob pena de malferimento aos Princípios da Isonomia e da Irredutibilidade dos Vencimentos (STJ, AgInt no REsp 1.719.530/GO, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 14/06/2018).*

VI. *Agravo interno improvido (AgInt no REsp. 1.771.215/GO, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, DJe 20.5.2019).*

6. Depreende-se da leitura dos autos, que a matéria ventilada nos arts. 319 e 320 do Código Fux, no qual se alega a inépcia da inicial, foi suscitada somente em sede de Recurso Especial, o que configura indevida inovação recursal.

7. No mérito, o Tribunal de origem, ao reconhecer a compensação remuneratória pela 7a. hora trabalhada o fez com fundamento no princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos (art. 37, XV, da CF/1988).

8. Dessa forma, tendo o acórdão recorrido solvido a

lide com fundamento em princípio eminentemente constitucional e a parte agravante não tendo interposto o competente Recurso Extraordinário para impugnar tal fundamentação, incide, no ponto, o óbice da Súmula 126/STJ. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. ÁREA DA SAÚDE. ACÓRDÃO RECORRIDO COM FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SÚMULA 126/STJ. COMPETÊNCIA DO STF.

1. *Infere-se dos autos que, não obstante a existência de fundamento constitucional, conforme se pode observar da leitura do acórdão impugnado, o recorrente limitou-se a interpor recurso especial, deixando de interpor o extraordinário, de competência do Supremo Tribunal Federal.*

2. *É inviável o conhecimento do recurso especial, pois, mesmo que fosse dado provimento no que concerne à matéria infraconstitucional, subsistiria a matéria constitucional, na qual não pode este tribunal adentrar, sob pena de invasão da competência do Supremo Tribunal Federal, o que atrai a incidência da Súmula 126 do Superior Tribunal de Justiça.*

3. *Demais disso, o Supremo Tribunal Federal fixou o entendimento de que deve haver interpretação sistemática dos dispositivos constitucionais, nestes casos, com a adjudicação do direito de acumulação aos servidores militares que atuem na área de saúde: RE 182.811/MG, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJ 30.6.2006, p. 35, Ement. vol. 2.239-02, p. 351, LEXSTF, vol. 28, n. 331, 2006, p. 222-227. Nesse sentido, no STJ: RMS 22.765/RJ, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe 23.8.2010. Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp. 630.148/RJ, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 3.3.2015).*

9. Ante o exposto, conhece-se do Agravo para negar provimento ao Recurso Especial do ESTADO DA PARAÍBA.

10. Tendo em vista o disposto no art. 85, § 11 do Código Fux, fixam-se os honorários advocatícios recursais em 1% sobre o proveito econômico do presente Recurso, que deverão ser acrescidos ao montante total.

11. Publique-se.
12. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 05 de junho de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

